



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10° Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10° Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3° UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Evidenciação da perda no valor recuperável de ativos e sua reversão: uma análise nas companhias de capital aberto brasileiras

Júlia Querino

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: juliaquerino99@gmail.com

Maíra Melo de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: mairameloufsc@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo verificar a evidenciação da perda no valor recuperável de ativos e de sua reversão nas companhias de capital aberto brasileiras. Para isto, foram elaboradas duas listas de verificação com base nas orientações contidas no pronunciamento contábil CPC 01 (R1), com o intuito de obter o nível de evidenciação das empresas analisadas. Posteriormente, foram analisadas as notas explicativas integrantes às demonstrações contábeis das 423 companhias listadas na Bolsa de Valores Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Como complemento, também foi realizada uma análise setorial, com base nos setores classificados pela B3. A pesquisa se classifica como qualitativa, descritiva e a obtenção de dados é documental. Os resultados demonstraram que a média de evidenciação das companhias ainda é relativamente baixa, mas se comparada com estudos anteriores, é possível observar que houve um aumento nesta média. Já em relação a análise setorial, o setor que apresentou a maior média de nível de evidenciação nas perdas foi o de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e nas reversões foi o de Bens Industriais. Verificou-se também que em mais de 50% das observações analisadas, há divergência entre os valores nas Notas Explicativas e nas Demonstrações do Resultado do Exercício.

Palavras-chave: Perda no valor recuperável; Reversão; Evidenciação; CPC 01 (R1).

Linha Temática: Contabilidade Financeira.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10° Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10° Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3° UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



1 Introdução

Ativos são bens e direitos resultados de eventos passados, de controle da entidade e que representam benefícios econômicos futuros para a empresa. Tendo isto em vista, o valor do ativo reconhecido pela contabilidade não deve ser superior ao seu potencial de benefícios futuros (Iudícibus & Marion, 2016).

Dessa forma, quando a entidade identifica que seus ativos possam estar com valor contábil inferior ao recuperável, deve-se realizar o teste no valor recuperável de ativos (*impairment test*) visando observar se há uma perda a ser reconhecida no resultado (Souza, 2011).

No Brasil, o teste no valor recuperável de ativos é normatizado pelo CPC 01 (R1), aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), possuindo correlação com a norma internacional IAS 36 (*Impairment of Assets*) do *International Accounting Standards Board* (IASB). Nos Estados Unidos, o teste é normatizado pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB), por meio das normas ASC 360 (*Property, Plant and Equipment*) e ASC 350 (*Intangibles – Goodwill and Other*).

De acordo com o CPC 01 (R1, 2010, p. 2), o objetivo do teste no valor recuperável de ativos é “estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação”. Desta forma, nenhum ativo deve estar registrado na contabilidade por um valor maior do que os benefícios que ele pode gerar para a entidade.

Considerando o contexto mundial, percebe-se que as entidades sofrem em seus ativos, ao longo dos anos, diversas modificações na capacidade econômica devido a fatores externos e internos. As alterações podem indicar perda no valor recuperável do ativo. Portanto, é imprescindível a verificação periódica da capacidade de geração de benefícios futuros (Machado & Lorandi, 2016).

Estudos recentes no Brasil mostram que o grau de evidenciação das companhias em relação ao teste de recuperabilidade de ativos ainda não é o esperado, a exemplo pode-se citar os estudos de Souza, Borba, Wuerges e Lunkes (2015) e Machado e Lorandi (2017). E que apenas uma pequena parcela das empresas que evidenciaram a efetivação do teste cumpriu a todos os requisitos de divulgação exigidos pelo CPC 01 (R1), pode-se citar os trabalhos de Uliano, Doná e Gonçalves (2014); Gomes, Santiago, Santos e Feitosa (2017) e Kronbauer, Marquezan, Barbosa e Diehl (2017).

Em 2016, Gomes *et al.* (2017) realizaram uma análise sobre *Impairment test* no *Goodwill* e mostraram que as informações evidenciadas precisam ser melhoradas em quantidade e qualidade, pois ainda há dificuldades na leitura das Notas Explicativas. Tais dificuldades podem ser vistas como divergência das informações no Balanço Patrimonial e nas Notas Explicativas, bem como o caráter subjetivo das informações divulgadas.

Considerando que os estudos já realizados evidenciam uma dificuldade para a divulgação dos requisitos pertinentes ao cálculo da perda no valor recuperável de ativos, visando contribuir com este tema, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Como as companhias de capital aberto brasileiras estão evidenciando a perda no valor recuperável de ativos e sua reversão? O objetivo desta investigação é verificar a evidenciação da perda no valor recuperável de ativos e de sua reversão nas companhias de capital aberto brasileiras.

Como delimitação da pesquisa é importante ressaltar que o presente trabalho analisa a evidenciação da perda no valor recuperável e sua reversão nos ativos imobilizado e intangível. Dessa maneira, os demais ativos não estão abrangidos no presente trabalho.

De acordo com Borges (2017), em notícia veiculada no Jornal G1, na seção de economia, em 12/05/2017 informa que no ano de 2016, a Petrobras evidenciou como



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Impairment (perda na recuperabilidade de ativos) um total de 20,89 bilhões no Balanço Patrimonial. Ao fim do exercício social, a entidade reconheceu um prejuízo de aproximadamente 15 milhões, caso as perdas por valor não recuperável não tivessem sido reconhecidas, a Petrobras finalizaria o exercício com um lucro de 6 bilhões. Tal informação mostra a importância da adequada evidenciação da perda no valor recuperável de ativos, bem como sua importância de cunho econômico e social, considerando que possuem o potencial de causar grandes impactos no resultado das companhias.

Os estudos anteriores relataram deficiência na evidenciação acerca do teste no valor recuperável de ativos, a exemplos pode-se citar: D'Alauro (2013); Uliano *et al.* (2014); Avallone e Quagli (2015); Souza *et al.* (2015); Gomes *et al.* (2017) e Machado e Lorandi (2017). Este fato reforça a importância da realização de mais estudos com foco na transparência realizada nas notas explicativas principalmente em relação aos critérios concernentes a obtenção da perda no recuperável dos ativos e sua reversão, considerando as dimensões que seus valores podem alcançar.

Neste contexto, a presente pesquisa contribui em relação aos estudos já realizados visto que contempla uma análise da evidenciação da perda por *impairment*, bem como das suas reversões, em todas as companhias de capital aberto brasileiras, inclusive as instituições financeiras, considerando que o Banco Central (BACEN) também aprovou o CPC 01 (R1), o que torna a presente investigação mais abrangente no contexto brasileiro atualizado.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Evidenciação Contábil

As demonstrações financeiras de uma empresa são o resultado de um processo contábil e objetivam apresentar aos seus usuários informações confiáveis e relevantes para a tomada de decisões (Oliveira & Carlos, 2004). Segundo Hendriksen e Van Breda (2010), a tomada de decisões tem um papel crucial na contabilidade, sendo ressaltada frequentemente em suas definições.

Para Hendriksen e Van Breda (2010), a divulgação é vital para uma melhor tomada de decisões pelos investidores, bem como impede a ocorrência de surpresas que alterariam completamente as percepções a respeito do futuro da empresa. Sendo assim, torna-se relevante o tema evidenciação (*disclosure*) (Souza, 2011). O *disclosure* é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e próprios objetivos (Iudícibus, 2015).

O *disclosure* deve seguir as especificações da Estrutura Conceitual, que define como características qualitativas fundamentais da informação a relevância e a representação fidedigna. Sendo uma informação relevante aquela capaz de fazer a diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários, e a que possui representação fidedigna aquela que tem os seguintes atributos: é completa, neutra e livre de erro (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, 2011).

Depreende-se que as informações relevantes devem ser divulgadas de forma completa, imparcial e buscando os melhores pressupostos disponíveis na realização das estimativas. E isso se adequa ao teste no valor recuperável de ativos, visto que a informação apresentada de forma enviesada pode gerar assimetria informacional (Nascimento, Santo, & Vicente, 2012).

De acordo com Belo e Brasil (2006), assimetria informacional é um fenômeno em que alguns agentes econômicos têm mais informações que os outros. Quando isto ocorre, tendem a surgir conflitos de interesse, pois os usuários podem não ter informações suficientes para tomar suas decisões.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10° Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10° Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3° UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Neste contexto, para uma adequada avaliação da situação patrimonial, econômica e financeira das organizações, a qualidade da informação contábil é um fator determinante (Gouveia, Silva, Szuster, & Szuster, 2018). De acordo com Lanzana (2004), a importância deste tema se mostra de tal forma, visto que a igualdade de condições de acesso a informações é condição fundamental de conquista de credibilidade do público no mercado.

É possível observar que o adequado *disclosure* das informações sobre o valor recuperável de ativos é um fator crucial para os usuários externos, visto que a não evidenciação pode resultar em uma assimetria informacional, já que a informação permanecerá interna na empresa (Souza, 2011). O próximo tópico trata com mais detalhes o teste no valor recuperável de ativos.

2.2 Teste no valor recuperável de ativos

Em consonância com a norma IAS 36, emitida pelo IASB, o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, implementa no Brasil a técnica de revisão periódica do valor recuperável de ativos, assegurando que os ativos não estejam contabilizados por um valor superior ao seus benefícios econômicos futuros (Ono, Rodrigues, & Niyama, 2010).

É importante salientar que já havia prática do teste de recuperabilidade de ativos (*impairment test*) no Brasil, visto que a Lei nº. 6.404/1976 já tratava deste assunto (Gelbcke, Santos, Iudícibus, & Martins, 2018). Portanto, pode-se depreender que o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) normatizou, formalizou e padronizou a prática no Brasil (Souza, 2011).

A Unidade Geradora de Caixa (UGC) também é considerada para fins de teste de recuperabilidade (Souza, 2011). Conforme o CPC 01 (R1, 2010, p. 5), UGC é “o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos”.

Os ativos individuais, ou UGC, devem ser testados pelo valor recuperável sempre que houver evidências de que seu valor contábil esteja excedendo seu valor recuperável (Ferreira & Martins, 2015). Entretanto, os ativos intangíveis com vida útil indefinida, os intangíveis ainda não disponíveis para uso e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) devem ser testados, no mínimo anualmente, mesmo que não existam evidências de perda (CPC 01 R1, 2010).

Os itens 12 a 14 do CPC 01 (2010) referem-se às evidências de fontes externas e internas que possam ter reduzido a capacidade de geração de benefícios futuros do ativo, ou UGC. Caso a entidade conste alguma das situações referenciadas pelo pronunciamento ou detecte outra evidência, visto que os indicadores listados não são exaustivos, ela deverá realizar o *impairment test*, ou seja, deverá calcular o valor recuperável do ativo e compará-lo ao valor contábil registrado (Souza, 2011). A Figura 1 demonstra, resumidamente, a aplicação do teste de recuperabilidade de ativos conforme o CPC 01.

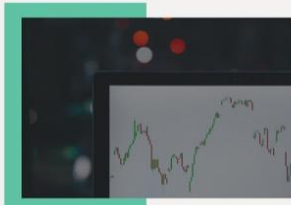
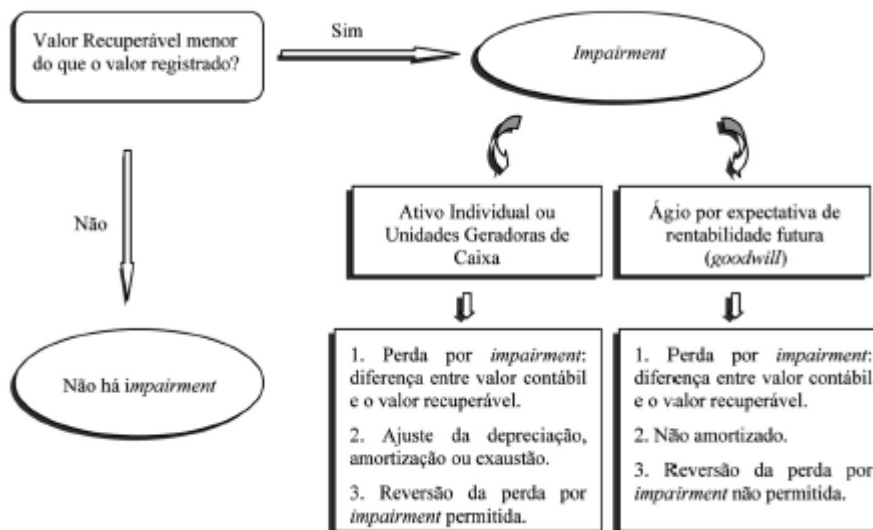


Figura 1: Teste de redução ao valor recuperável de ativos conforme o CPC 01



Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011)

O cálculo do valor recuperável, portanto, se dará entre o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o seu valor em uso (CPC 01 R1, 2010). O valor justo é aquele formalizado por um contrato de venda em uma operação não compulsória em que ambas as partes estejam de acordo, deduzidas as despesas estimadas de venda. Já o valor em uso é estimado com base em fluxos de caixa futuros que a empresa espera obter com esse ativo, trazido a valor presente através de uma taxa de desconto (Souza, Borba, & Zandonai, 2011).

Caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável, uma perda deve ser reconhecida (Carneiro, Alves, Reina, & Silva, 2015). Nesta situação, sempre que houver perda no valor recuperável, cabe às empresas divulgarem todas as informações necessárias para o completo entendimento do *impairment test* por parte dos usuários (CPC 01 R1, 2010).

Conforme o CPC 01 (R1, 2010), se as evidências de uma perda reconhecida anteriormente diminuírem ou deixarem de existir, é permitido que se faça uma reversão parcial ou total da perda anteriormente reconhecida (exceto para o *goodwill*).

Para Souza *et al.* (2011), o reconhecimento de uma perda pode causar um impacto significativo no resultado do exercício, dependendo do seu valor. Além disto, no ponto de vista gerencial, pode mostrar alternativas de mudanças positivas para a empresa, visto que serve de alerta para revisão de política de aplicação de recursos em ativos.

2.3 Estudos semelhantes

Como parâmetro para levantamento dos estudos semelhantes ao tema deste trabalho, foi realizada uma busca nas bases de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando as seguintes palavras-chave: “Impairment Test”, “Teste no valor recuperável de ativos”, “IAS 36” e “CPC 01”. O levantamento permitiu identificar 8 artigos similares ao tema da presente pesquisa. Na Tabela 1 estão apresentados os estudos semelhantes.

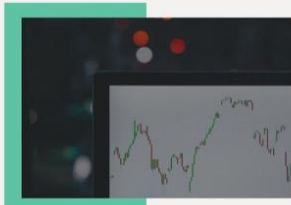


Tabela 1: Pesquisas Similares

Autores	Objetivo e período analisado	Resultados
Ono <i>et al.</i> (2010)	Avaliar a primeira adoção dos procedimentos de <i>Impairment of Assets</i> pelas companhias abertas brasileiras que possuem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&Bovespa em 2008.	Os autores constataram que apenas 12% das companhias efetivamente contabilizaram ajustes a valor recuperável de ativos não circulantes.
Tavares, Ribeiro Filho, Lopes, Vasconcelos e Pederneiras (2010)	Evidenciar se os setores classificados pela Bovespa cumpriram a política de reconhecimento, mensuração e evidenciação preconizado pelo pronunciamento CPC 01 referente à operacionalização da perda por <i>impairment</i> .	Os autores constataram que apenas 9 empresas atenderam a conformidade plena dos requisitos solicitados pelo CPC 01.
Souza <i>et al.</i> (2011)	Verificar se as companhias de capital aberto que reconheceram perda no valor recuperável de ativos em 2008 seguiram as normas de divulgação contidas no pronunciamento técnico CPC-01	Os autores evidenciaram que nenhuma das companhias analisadas divulgou, de maneira completa, todas as determinações emanadas pelo CPC 01.
Ponte, Luca, Sousa e Cavalcante (2012)	Investigar as práticas de divulgação relativas ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de <i>impairment</i>), no exercício de 2008, adotadas pelas companhias abertas listadas na BM&FBovespa.	Os autores mostraram que as empresas pesquisadas não adotaram integralmente as práticas de divulgação das informações do teste de redução ao valor recuperável de ativos, conforme as orientações do CPC 01.
Marinho e Queiroz (2013)	Verificar se as empresas, inseridas no segmento Novo Mercado na BM&FBOVESPA, estão seguindo os quesitos pré-estabelecidos pelo CPC 01 (R1) entre 2010 e 2012.	Os autores constataram que a maioria das empresas dizem realizar o teste de <i>impairment</i> , mas não divulgam a metodologia trabalhada para a realização dos mesmos.
Carneiro <i>et al.</i> (2015)	Analisar o nível de evidenciação do Teste de <i>Impairment</i> das empresas do Novo Mercado da BM&FBovespa entre os anos 2011 a 2014.	Os autores apontam que a evidenciação sobre o teste de <i>Impairment</i> é incompleto e insuficiente aos usuários externos.
Vieira e Souza (2016)	Verificar as características e o nível de evidenciação das companhias de capital aberto brasileiras que reconhecerem reversão da perda no valor recuperável de ativos no período entre 2010 e 2014.	Os autores mostraram que as características auditoria independente e tempo de mercado parecem ter relação com o nível de evidenciação das empresas analisadas na pesquisa.
Machado e Lorandi (2017)	Verificar se as companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa que constituíram ou reverteram a perda no valor recuperável de ativos em 2015, realizaram a divulgação em conformidade com o CPC 01.	Os autores constaram que a falta de transparência na evidenciação em notas explicativas tornou-se um limitador quanto ao entendimento à respeito do teste de recuperabilidade dos ativos.

Fonte: Elaborado pelos autores.



Acompanhando a evolução dos estudos sobre o *Impairment test*, percebe-se que eles constataram um baixo nível de evidenciação por parte das empresas que compuseram suas amostras, destacando as dificuldades na leitura das notas explicativas. Essa situação mostra que o tema ainda merece atenção da academia no sentido de mapear os principais critérios não evidenciados, bem como identificar possíveis dificuldades em relação a esta importante prática contábil obrigatória.

3 Metodologia da Pesquisa

3.1 Delineamento da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa descritiva, que para Gil (1999), tem como principal finalidade a descrição de características de uma população, ou ainda um estabelecimento de relações entre variáveis. Para Oliveira (2011), os estudos que são classificados sob este título normalmente utilizam técnicas padronizadas de coleta de dados.

Ademais, a metodologia é qualitativa, sendo para Richardson (2017), caracterizada como uma tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pela amostra, ao invés da utilização de medidas quantitativas.

No que diz respeito à obtenção dos dados, é documental, visto que foi realizada por meio das notas explicativas das companhias componentes da amostra. O ano analisado foi 2018.

3.2 Técnicas e instrumento de pesquisa

Na intenção de mensurar o nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos e das reversões identificadas na amostra, foram elaboradas duas Listas de Verificação com base nas orientações contidas no pronunciamento contábil CPC 01 (R1). Na Tabela 2 estão demonstradas as exigências de divulgação pertinentes ao reconhecimento de perda no valor recuperável de ativos.

Tabela 2 – Lista de Verificação Perda no Valor Recuperável de Ativos

Valor da perda reconhecida.
Linha na DRE na qual a perda foi incluída.
Método utilizado no cálculo do valor recuperável.
Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda.
Premissas utilizadas na obtenção do valor justo líquido das despesas de vendas.
Premissas utilizadas no cálculo do valor em uso.
Natureza do ativo.
Descrição da Unidade Geradora de Caixa.
O valor contábil do goodwill alocado a Unidade Geradora de Caixa.
O valor contábil do ativo intangível com vida útil indefinida alocado a Unidade Geradora de Caixa.
Taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso.
Especificar o período (anos) sobre o qual a administração projetou o fluxo de caixa relativo ao valor em uso.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no CPC 01 (R1, 2010).

Dessa forma, em relação às perdas, na Tabela 2 contém 12 itens que foram analisados nas notas explicativas das companhias. A Tabela 3 demonstra as exigências de divulgação concernentes ao reconhecimento de reversões de perdas no valor recuperável.

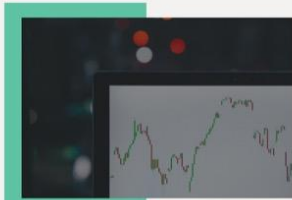


Tabela 3 – Lista de Verificação Reversão de Perdas no Valor Recuperável

Valor da reversão reconhecida.
Linha na DRE na qual a reversão foi incluída.
Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da reversão.
Premissas utilizadas na obtenção do valor justo líquido das despesas de vendas.
Premissas utilizadas no cálculo do valor em uso.
Método de alocação da reversão aos componentes da Unidade Geradora de Caixa

Fonte: Elaborado pelos autores com base no CPC 01 (R1, 2010).

Dessa forma, em relação às reversões de perdas identificadas na amostra, a Tabela 3 contempla 6 itens que foram analisados nas notas explicativas das companhias da amostra visando identificar a sua evidenciação.

3.3 Procedimentos da pesquisa

Com base nas listas de verificação elaboradas, foi realizado um mapeamento contendo como as companhias estão divulgando as premissas relacionadas ao cálculo das perdas e das reversões. Os resultados foram demonstrados por meio de Tabelas.

Em adição, foi mensurado o índice de evidenciação de cada uma das companhias da amostra, demonstrando por setor a média de evidenciação das perdas e das reversões identificadas.

Os parâmetros de cálculo do índice de evidenciação foram: atribuir 1 para itens evidenciados; 0,50 para divulgação parcial de determinado item; atribui-se 0 (zero) para itens não evidenciados; e NA (não se aplica) nos casos em que ela afirmar que não possui determinada situação. Este parâmetro de cálculo foi utilizado no estudo de Marcelino e Souza (2019).

A fonte de coleta dos dados foram as notas explicativas das empresas componentes da amostra. O ano analisado nesta pesquisa foi o de 2018.

Como complemento de análise também foi realizada uma análise setorial, com base nos setores classificados pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3) relativos às companhias da amostra.

3.4 População e amostra de pesquisa

Foi realizada a análise de todas as companhias de capital aberto brasileiras listadas na Bolsa de Valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3) que reconheceram perda no valor recuperável de ativos e/ou reversões no ano de 2018.

Em 12/12/2019 havia 423 companhias listadas na B3, realizando a análise minuciosa das notas explicativas de cada uma delas, observou-se que 38 reconheceram perda e/ou reversões no imobilizado ou no intangível no ano de 2018. A Tabela 4 demonstra a amostra de empresas por setor.



Tabela 4: Amostra de pesquisa por setor de atuação.

Setor	Quantidade
Bens Industriais	5
Consumo Cíclico	7
Consumo não Cíclico	4
Materiais Básicos	4
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2
Saúde	2
Tecnologia da Informação	1
Utilidade Pública	7
Financeiro	5
Outros	1
Total	38

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dessa forma, a amostra de pesquisa é composta por um total de 38 empresas, divididas em 10 setores diferentes, o que possibilitou também uma análise setorial.

4 Resultados da pesquisa

Ao analisar as notas explicativas das companhias constantes na B3, foram levantadas aquelas que reconheceram perdas e/ou reversões no valor recuperável de ativos. A Tabela 5 apresenta os resultados identificados por setor de atuação.

Tabela 5: Quantidade de perda e reversão.

Setor de Atuação	Quantidade Empresas	Quantidade		Total
		Perda	Reversão	
Bens Industriais	5	3	2	5
Consumo Cíclico	7	9	0	9
Consumo não Cíclico	4	5	1	6
Financeiro	5	6	0	6
Materiais Básicos	4	7	1	8
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2	2	1	3
Saúde	2	2	0	2
Tecnologia da Informação	1	1	0	1
Utilidade Pública	7	8	4	12
Outros	1	1	0	1
Total	38	44	9	53

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Dentre todos os setores listados na Bolsa de Valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3), somente o setor de Comunicações não teve nenhuma empresa que divulgou o reconhecimento de perdas e/ou reversões. Apesar da amostra ser composta por 38 empresas, constatou-se que algumas reconheceram perdas em mais de um tipo de ativo, resultando um total de 53 observações. Ademais, houve companhias que não reconheceram perda, mas sim reversões da perda.

Em relação a quantidade de reconhecimentos de perdas, tendo em vista uma pesquisa feita por Ponte *et al.* (2012), que analisou 354 empresas listadas na B3, e observou o reconhecimento de 26 perdas pela não recuperabilidade de ativos no ano de 2012, percebe-se que o número de perdas observadas em 2018 continua relativamente baixo. E no que compete ao reconhecimento de reversões, também se destaca a baixa quantidade identificada nesta pesquisa, o que corrobora os resultados de Vieira e Souza (2016).



4.1 Natureza dos ativos

Na Tabela 6 é apresentada a natureza dos ativos que sofreram perdas no valor recuperável no ano de 2018.

Tabela 6: Natureza dos ativos na perda.

Setor de Atuação	Natureza ativos que sofreram perdas no valor recuperável			
	Imobilizado	Intangível	Não Especificado	Total
Bens Industriais	3	0	0	3
Consumo Cíclico	5	4	0	9
Consumo não Cíclico	2	3	0	5
Financeiro	1	5	0	6
Materiais Básicos	3	3	1	7
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2	0	0	2
Saúde	0	2	0	2
Tecnologia da Informação	0	1	0	1
Utilidade Pública	5	2	1	8
Outros	0	0	1	1
Total	21	20	3	44

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Analisando a natureza dos ativos que sofreram perdas no valor recuperável, observa-se um equilíbrio entre ativos imobilizados e intangíveis, visto que de 44 perdas, 21 foram no imobilizado e 20 foram no intangível. Diante dos totais de perdas reconhecidas, em três delas não houve a divulgação da natureza do ativo. Entre os ativos que reconheceram perdas dos intangíveis, em sua maioria foram, *Goodwill*, *Software* e Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos.

Os resultados da presente pesquisa foram diferentes daqueles encontrados por Machado e Lorandi (2017), no qual a maioria das perdas reconhecidas (aproximadamente 88%) foram no ativo intangível.

A Tabela 7 demonstra a natureza dos ativos que reconheceram reversão da perda no valor recuperável, por setor de atuação.

Tabela 7: Natureza dos ativos na reversão

Setor de Atuação	Natureza ativos que realizaram reversão			
	Imobilizado	Intangível	Não Especificado	Total
Bens Industriais	1	1	0	2
Consumo não Cíclico	1	0	0	1
Materiais Básicos	0	1	0	1
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	0	0	1
Utilidade Pública	2	0	2	4
Total	5	2	2	9

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

É possível verificar que as reversões de perdas foram realizadas, na sua maioria, em ativos imobilizados. Tal fato pode ser justificado em razão de as perdas no *goodwill* (incluído no grupo intangível) não poderem ter reversão.

Das companhias que reconheceram reversão, fizeram somente em um tipo de ativo, ou seja, as que reconheceram reversão da perda nos ativos imobilizados, não fizeram em ativos intangíveis, e vice-versa. Este resultado se assemelha ao obtido na pesquisa de Marinho e



Queiroz (2013), em que constataram, analisando os anos de 2010, 2011 e 2012, que nas reversões divulgadas, estas foram em somente um tipo de ativo.

4.2 Detalhamento dos ativos

Os ativos também foram analisados por tipos, além de suas naturezas. A Tabela 8 apresenta os tipos de ativo que reconheceram perda, por setor de atuação.

Tabela 8: Tipos de ativos nas perdas

Setor de Atuação	Detalhamento ativos – perdas								Total
	Goodwill	UGC	Software	Edificações	Equipamentos	Pesquisa e desenv.	Outros	Não Informados	
Bens Industriais		1			2				3
Consumo Cíclico	1	2	2	2	2				9
Consumo não Cíclico	1		1	1	1	1			5
Financeiro	2		1				1	2	6
Materiais Básicos	2	1	1	1	1			1	7
Petróleo, Gás e Biocombustíveis		2							2
Saúde			1			1			2
Tecnologia da Informação	1								1
Utilidade Pública	1	5	1				1		8
Outros								1	1
Total	8	11	7	4	6	2	2	3	44

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Entre as perdas reconhecidas, os ativos que obtiveram maior número foram as Unidades Geradoras de Caixa (11), *Goodwill* (8) e *Software* (7). A coluna “Outros” abrange os seguintes ativos: Carteira de Clientes e Reservatórios, Barragens e Adutoras.

É relevante lembrar que existem algumas empresas que reconheceram perdas em mais de um ativo, por exemplo, tiveram casos em que a natureza do reconhecimento é em ativo imobilizado e a empresa incorreu em perda em uma máquina e em um edifício. Na Tabela 9 são apresentados os resultados relativos ao reconhecimento de reversão.

Tabela 9: Tipos de ativos nas reversões

Setor de Atuação	Detalhamento ativos - reversões				Total
	UGC	Terrenos	Outros	Não Informados	
Bens Industriais	1		1		2
Consumo não Cíclico				1	1
Materiais Básicos			1		1
Petróleo, Gás e Biocombustíveis		1			1
Utilidade Pública	3		1		4
Total	4	1	3	1	9

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Nas reversões de perda no valor recuperável é possível observar que o maior número está concentrado nas Unidades Geradoras de Caixa (4), assim como se observou nas perdas reconhecidas. Na coluna “Outros” estão abrangidos os Direitos Minerários, Reservatórios, Barragens e Adutoras e Relacionamento Contratual com Clientes.



4.3 Evidenciação por item

Conforme proposto no objetivo da pesquisa, a Tabela 10 mostra a representatividade da evidenciação da perda no valor recuperável nas companhias de capital aberto no período de 2018.

Tabela 10: Evidenciação da perda no valor recuperável.

Lista de Verificação Perda	Qtde. Empresas	Representatividade
Valor da perda reconhecida.	34	97,14%
Linha na DRE na qual a perda foi incluída.	17	48,57%
Método utilizado no cálculo do valor recuperável.	25,5	72,86%
Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda.	12,5	35,71%
Premissas utilizadas na obtenção do valor justo líquido das despesas de vendas.	1	5,56%
Premissas utilizadas no cálculo do valor em uso.	19,5	60,94%
Natureza do ativo.	33	94,29%
Descrição da Unidade Geradora de Caixa.	7,5	41,67%
O valor contábil do <i>goodwill</i> alocado a Unidade Geradora de Caixa.	4,5	56,25%
O valor contábil do ativo intangível com vida útil indefinida alocado a Unidade Geradora de Caixa.	0	0,00%
Taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso.	23	71,88%
Especificar o período (anos) sobre o qual a administração projetou o fluxo de caixa relativo ao valor em uso.	16	50,00%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O item com maior representatividade de evidenciação por parte das companhias é o “Valor da perda reconhecida”, com 97,14%. Entretanto, ao se fazer uma análise minuciosa, foi observado que houve divergência dos valores entre as demonstrações contábeis e as notas explicativas em 62,86% do total de empresas que reconheceram perdas.

O segundo item com maior representatividade é o de natureza do ativo, entre as 44 observações de perdas no valor recuperável de ativos, 3 empresas não informaram este item. Na pesquisa de Carneiro *et al.* (2015), foram analisadas as notas explicativas de um grupo de empresas, nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, e em todas as perdas reconhecidas (um total de 36) as companhias divulgaram a natureza dos ativos.

Um dos itens com menor representatividade de evidenciação (5,56%) foi “Premissas utilizadas na obtenção do valor justo líquido das despesas de vendas”. Verificou-se que em vários casos as empresas não fizeram a divulgação do valor justo e não justificaram a escolha para com o valor em uso.

Um estudo realizado por Tavares *et al.* (2010) identificou, dentre 25 empresas analisadas, somente 1 companhia que utilizou o valor justo líquido de vendas como valor recuperável, equivalente a 4% da amostra de pesquisa, e que 60% desta amostra não divulgou o método utilizado para obtenção do valor recuperável. Isto evidencia que, desde a primeira versão do CPC 01, publicada em 2007, passando-se 11 anos (considerando 2018, ano de análise na presente pesquisa) ainda há deficiências na divulgação do método utilizado para obter o valor recuperável.

O item “O valor contábil do ativo intangível com vida útil indefinida alocado a Unidade Geradora de Caixa” teve sua representatividade zerada. A explicação é que somente 1 empresa reconheceu perda no valor recuperável em uma UGC com este tipo de ativo intangível, e tal companhia não divulgou o valor alocado.



Ainda em conformidade com o objetivo da pesquisa, a Tabela 11 demonstra a representatividade da evidenciação das reversões da perda no valor recuperável.

Tabela 11: Evidenciação da reversão da perda no valor recuperável

Lista de Verificação Reversão	Qtde. Empresas	Representatividade
Valor da reversão reconhecida.	8,5	94,44%
Linha na DRE na qual a reversão foi incluída.	4,5	50,00%
Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da reversão.	5,5	61,11%
Premissas utilizadas na obtenção do valor justo líquido das despesas de vendas.	0,5	8,33%
Premissas utilizadas no cálculo do valor em uso.	8	88,89%
Método de alocação da reversão aos componentes da Unidade Geradora de Caixa.	1,5	37,50%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Assim como aconteceu nas perdas no valor recuperável, os itens com maior e menor representatividade são, respectivamente, o "Valor da reversão reconhecida", com 94,44% e "Premissas utilizadas na obtenção do valor justo líquido das despesas de vendas", com 8,33%.

Ao se fazer a comparação dos valores reconhecidos nas Notas Explicativas e na Demonstração do Resultado das respectivas companhias, 5 empresas tiveram divergências, representando aproximadamente 56% das companhias que reconheceram reversão da perda no valor recuperável.

Outro item que merece destaque é "Premissas utilizadas no cálculo do valor em uso". Das 9 companhias que reconheceram reversão, nenhuma zerou tal item, somente 2 empresas divulgaram este item parcialmente.

4.4 Evidenciação por setor

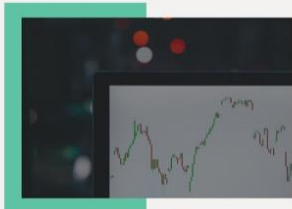
A Tabela 12 apresenta os 10 setores de atuação das companhias da B3, relacionando a quantidade de empresas e as respectivas médias de evidenciação da perda e reversão da perda.

Tabela 12: Média de evidenciação por setor de atuação

Sector de Atuação	Quantidade	Média Evidenciação Perda	Média Evidenciação Reversão
Bens Industriais	5	58,80%	85,00%
Consumo Cíclico	7	58,76%	-
Consumo não Cíclico	4	58,56%	70,00%
Financeiro	5	49,47%	-
Materiais Básicos	4	62,92%	33,33%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2	80,56%	70,00%
Saúde	2	77,08%	-
Tecnologia da Informação	1	70,00%	-
Utilidade Pública	7	67,14%	52,50%
Outros	1	22,22%	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

É possível observar que o setor com melhor média de evidenciação da perda é o de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, com 80,56% e que logo em seguida há o setor de saúde com



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



77,08%. Ao comparar tal resultado com o estudo de Souza (2011), observa-se que houve um aumento na média de evidenciação da perda, visto que ao analisar setorialmente as empresas da B3, as melhores médias observadas foram 67%, 59% e 58%, e que o setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis ficou entre tais médias.

Entretanto, na média de evidenciação da reversão da perda, o setor melhor colocado foi o de Bens Industriais, com 85%, seguido pelos setores Consumo não Cíclico e Petróleo, Gás e Biocombustíveis, ambos com 70%. Ao analisar os resultados da pesquisa de Vieira e Souza (2016), em que foram analisadas 13 observações de reconhecimento de reversão de perda no valor recuperável de ativos, entre os anos de 2010 e 2014, os dados obtidos corroboram com a presente pesquisa, visto que os setores melhores colocados na média de evidenciação foram os de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e o de Bens Industriais, com 83,33% e 75%, respectivamente.

Entre as perdas, nenhuma empresa totalizou 100% dos critérios de divulgação, já nas reversões, uma empresa (Tupy S.A.) alcançou a porcentagem máxima dos critérios de divulgação listados na presente pesquisa.

5 Conclusões da pesquisa

Com o intuito de verificar a evidenciação da perda no valor recuperável de ativos e de sua reversão nas companhias de capital aberto brasileiras, foram elaboradas duas listas de verificação, baseando-se nas orientações do pronunciamento contábil CPC 01 (R1). Além disso, foi possível relacionar e obter outros dados pertinentes às características das companhias da amostra.

Observou-se que dos 11 setores da B3, somente 1 (Comunicações) não reconheceu nenhuma perda e/ou reversão. Entretanto, ao cotejar estes resultados com os estudos de Pontes *et al.* (2012) e Vieira e Souza (2016), constata-se que não houve aumento significativo no número de reconhecimento de perdas e reversões.

Analisando os itens que tangem ao teste de *impairment*, tanto nas perdas como nas reversões, o item com maior divulgação foi o valor reconhecido. Entretanto, em mais de 50% das observações analisadas, há divergência entre o valor constante nas Notas Explicativas e o divulgado na Demonstração do Resultado do Exercício. Isto já havia sido apontado no estudo de Gomes *et al.* (2017), bem como a dificuldade de leitura das Notas Explicativas.

Os resultados demonstram que várias empresas ainda não divulgam adequadamente as informações referentes ao cálculo do valor recuperável, tendo reflexo no item “Premissas utilizadas na obtenção do valor justo líquido das despesas de vendas”, pontuado como item de menor evidenciação.

A média de evidenciação, tanto das perdas quanto das reversões, ainda está abaixo do esperado, tendo em vista os anos que se passaram desde quando se tornou obrigatória a divulgação das informações relacionadas ao teste de *impairment*. Entretanto, em relação ao estudo de Souza (2011), houve um aumento na média de evidenciação da perda.

O setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis ficou entre os melhores índices de evidenciação, tanto para as perdas quanto para as reversões, isso corrobora com os estudos de Souza (2011) e Vieira e Souza (2016), os quais também analisaram as médias de evidenciação da perda e reversão, respectivamente.

Como limitações do presente estudo realizado, é importante ressaltar que os resultados se referem a amostra e período analisados nesta pesquisa, não sendo possível generalizar para outras companhias ou períodos diversos.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Como sugestão para pesquisas futuras, poderia ser realizada uma análise da evidenciação das perdas no valor recuperável e reversões nas instituições financeiras, abrangendo o comportamento deste setor em relação ao tema.

REFERÊNCIAS

- Avallone, F., & Quagli, A. (2015). Insight into the variables used to manage the goodwill impairment test under IAS 36. *Elsevier*, 31 (1), 107-114. Recuperado em 10 outubro, 2019, de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0882611015000127?via%3Dihub>
- Belo, N. M., & Brasil, H. G. (2006). Assimetria informacional e eficiência semiforte do mercado. *Revista de Administração de Empresas*, 46 (1), 48-57. Recuperado em 31 outubro, 2019, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902006000500004&script=sci_arttext
- Borges, J. P. (2017). *Pedro Parente: lucro e trauma na Petrobras*. São Paulo. Recuperado em 25 setembro, 2019, de <http://g1.globo.com/economia/blog/joao-borges/post/pedro-parente-lucro-e-trauma-na-petrobras.html>
- Carneiro, C. F. J., Alves, A. S., Reina, D., & Silva, S. F. (2015). Teste de impairment de ativos: análise da evidenciação nas companhias abertas listadas no novo mercado. *Anais do Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*. Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado em 26 outubro, 2019, de http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/37_15.pdf
- D'Alauo, G. (2013). The impact of IAS 36 on goodwill disclosure: evidence of the write-offs and performance effects. *Intangible Capital*, 9 (3), 754-799. Recuperado em 12 outubro, 2019, de <http://www.intangiblecapital.org/index.php/ic/article/view/415/364>
- Ferreira, M. A., & Martins, V. F. (2015). Disclosure de informações sobre o teste de impairment entre as companhias do setor elétrico brasileiro, listadas no novo mercado. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, 3 (8), 82-93. Recuperado em 28 outubro, 2019, de <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/645>
- Gelbcke, E. R., Santos, A., Iudícibus, S., & Martins, E. (2018). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC* (3a ed.) São Paulo. Atlas.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5a ed.). São Paulo. Atlas.
- Gomes, D. A. C., Santiago, W. P., Santos, I. O., & Feitosa, M. N. (2017). Impairment no goodwill: evidenciação contábil das empresas do 'Novo Mercado'. *Revista Crc-mg*, 18 (3), 16-26. Recuperado em 22 agosto, 2019, de <http://revista.crcmg.org.br>
- Gouveia, V. A. L., Silva, T. G., Szuster, N., & Szuster, F. (2018). Disclosure frente à crescente intangibilização das empresas: valor contábil x valor de mercado. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 12 (4), 527-539. Recuperado em 24 outubro, 2019, de <http://www.repec.org.br/repec/article/view/1931>.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. *Teoria da Contabilidade* (5a ed, 550 p.). São Paulo. Atlas.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



- Iatridis, G. E. (2011). Accounting disclosures, accounting quality and conditional and unconditional conservatism. *International Review Of Financial Analysis*, 20 (2), 88-102. Recuperado em 31 outubro, 2019, de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1057521911000214>
- Iudícibus, S. (2015). *Teoria da Contabilidade* (11a ed., 346 p.). São Paulo. Atlas.
- Iudícibus, S., & Marion, J. C. (2016). *Contabilidade Comercial* (10a ed.). São Paulo. Atlas.
- Kronbauer, C. A., Marquezan, L. H. F., Barbosa, M. A. G., & Diehl, C. A. (2017). Análise dos efeitos do conservadorismo na informação contábil após a alteração de 2011 no pronunciamento conceitual básico. *Revista Brasileira de Gestão e Negócios*, 19 (65), 453-468. Recuperado em 09 outubro, 2019, de https://rbgn.fecap.br/RBGN/article/view/2742/pdf_1
- Lanzana, A. P. (2004). *Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras*. Dissertação de mestrado em administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 29 novembro, 2019, de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11022005-094807/publico/DissertacaoAnaPaulaLanzana.pdf>
- Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007* (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF. Recuperado em 19 agosto, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm
- Machado, L. M., & Lorandi, J. A. (2017). Teste de recuperabilidade dos ativos: um estudo sobre a evidenciação em empresas de diferentes segmentos da BM&FBOVESPA. *Contexto*, 17 (37), 48-62. Recuperado em 20 agosto, 2019, de <https://seer.ufrgs.br/Contexto/article/view/69897/pdf>
- Marcelino, M., & Souza, M. M. (2019). Subvenções governamentais: uma análise da relação entre o nível de evidenciação e as características das companhias de capital aberto brasileiras. *Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí*, 7 (11), 131-146. Recuperado em 19 novembro, 2019, de <http://www.revistas.udesc.br/>
- Marinho, S. L., & Queiroz, L. M. (2013). Redução ao valor recuperável de ativos: uma análise comparativa entre as informações divulgadas pelas empresas participantes do novo mercado e as exigências estabelecidas pelo CPC 01. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Uberlândia, MG, Brasil. Recuperado em 01 novembro, 2019, de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/189/189>
- Nascimento, L. S., Santo, S. P. E., & Vicente, E. F. R. (2012). Relação entre evidenciação contábil dos investimentos públicos e assimetria informacional. *Reuna*, 17 (3), 33-52. Recuperado em 01 dezembro, 2019, de <https://revistas.una.br/reuna/article/view/409/495>
- Oliveira, H. M. S., & Carlos, E. F. (2004). A teoria da agência e a lei Sarbanes-Oxley. *Anais do Congresso Contabilidade: relato financeiro e responsabilidade social*, Lisboa, Portugal. Recuperado em 24 outubro, 2019, de <http://hdl.handle.net/10400.21/1643>



7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO

CCN



APOIO



AICOGestión



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Oliveira, M. F. (2011). *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração*. Catalão. UFG.

Ono, H. M., Rodrigues, J. M., & Niyama, J. K. (2010). Disclosure sobre Impairment: Uma análise comparativa das companhias abertas brasileiras em 2008. *Revista De Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da UERJ*, 15 (1), 67-87. Recuperado em 30 outubro, 2019, de <http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewArticle/889>

Ponte, V. M. R., Luca, M. M. M., Sousa, H. V., & Cavalcante, D. S. (2011). Práticas de Divulgação do Teste de Redução ao Valor Recuperável de Ativos pelas Companhias Abertas Listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 22 (4), 113-144. Recuperado em 01 novembro, 2019, de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/943>

Pronunciamento técnico CPC 00 (R1), de 15 de dezembro de 2011. (2011). Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Brasília, DF: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Recuperado em 28 outubro, 2019, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>

Pronunciamento técnico CPC 01 (R1), de 7 de outubro de 2010. (2010). Redução ao valor recuperável de ativos. Brasília, DF: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Recuperado em 21 agosto, 2019, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2>

Richardson, R. J., & colaboradores (2017). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (4a ed., 424 p.). São Paulo. Atlas.

Souza, M. M., Borba, J. A., Wuerges, A. F. E., & Lunkes, R. J. (2015). Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 11 (2), 6-24. Recuperado em 01 setembro, 2019, de <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117041068002.pdf>

Souza, M. M., Borba, J. A., & Zandonai, F. (2011). Evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas demonstrações contábeis: uma verificação nas empresas de capital aberto brasileiras. *Contabilidade Vista e Revista*, 22 (2), 67-91. Recuperado em 24 outubro, 2019, de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/588>

Souza, M. M. (2011). *Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras*. Dissertação de mestrado em contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado em 28 agosto, 2019, de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95712>

Tavares, M. F. N., Ribeiro, J. F., Filho, Lopes, J. E. G., Vasconcelos, M. T. C., & Pederneiras, M. M. M. (2010). Um estudo sobre o nível de conformidade dos setores classificados pela Bovespa com o CPC 01 – redução ao valor recuperável de ativos. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5 (1), 79-95. Recuperado em 01 novembro, 2019, de <http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufjr/article/view/810>



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10° Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10° Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3° UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Uliano, A. L. P., Doná, A. L., & Gonçalves, M. N. (2014). Disclure da perda por impairment aplicado ao ativo imobilizado: análise nas companhias do IBrX-50. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 33 (1), 1-18. Recuperado em 10 outubro, 2019, de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/21557>

Vieira, H., & Souza, M. M. (2016). Características e nível de evidenciação das companhias de capital aberto brasileiras que reconheceram reversão da perda no valor recuperável de ativos no período de 2010 a 2014. *Anais do Congresso de iniciação científica em gestão e controladoria*, Chapecó, SC, Brasil. Recuperado em 06 maio, 2020, de <https://www.unochapeco.edu.br/congresso-de-gestao-e-controladoria/info/anais-congecont>